

COMUNICADO SDG Nº 03/2014

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna público o resumo de suas atividades finalísticas no exercício de 2013. Os quadros que seguem demonstram a natureza e o número de processos instruídos pela fiscalização nas áreas estadual e municipal, a natureza e quantidade de processos julgados singularmente e pelos Colegiados da Casa, as contas de Prefeituras e Câmaras e os motivos determinantes de rejeição.

São demonstradas as multas aplicadas e o correspondente número de UFESPs, o número de condenações para devolução de importâncias e de comunicações ao Ministério Público.

Há também o número de entidades do Terceiro Setor visitadas pela fiscalização.

Importante observar que este é o segundo exercício em que há números comparativos em relação a exercícios anteriores.

SDG, 27 de janeiro de 2014.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI

SECRETÁRIO—DIRETOR GERAL

**JULGAMENTO DE PROCESSOS PELAS CÂMARAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO – PAUTA**

As análises a seguir apresentam a composição dos processos julgados em Pauta nas duas Câmaras do TCESP no exercício de 2013.

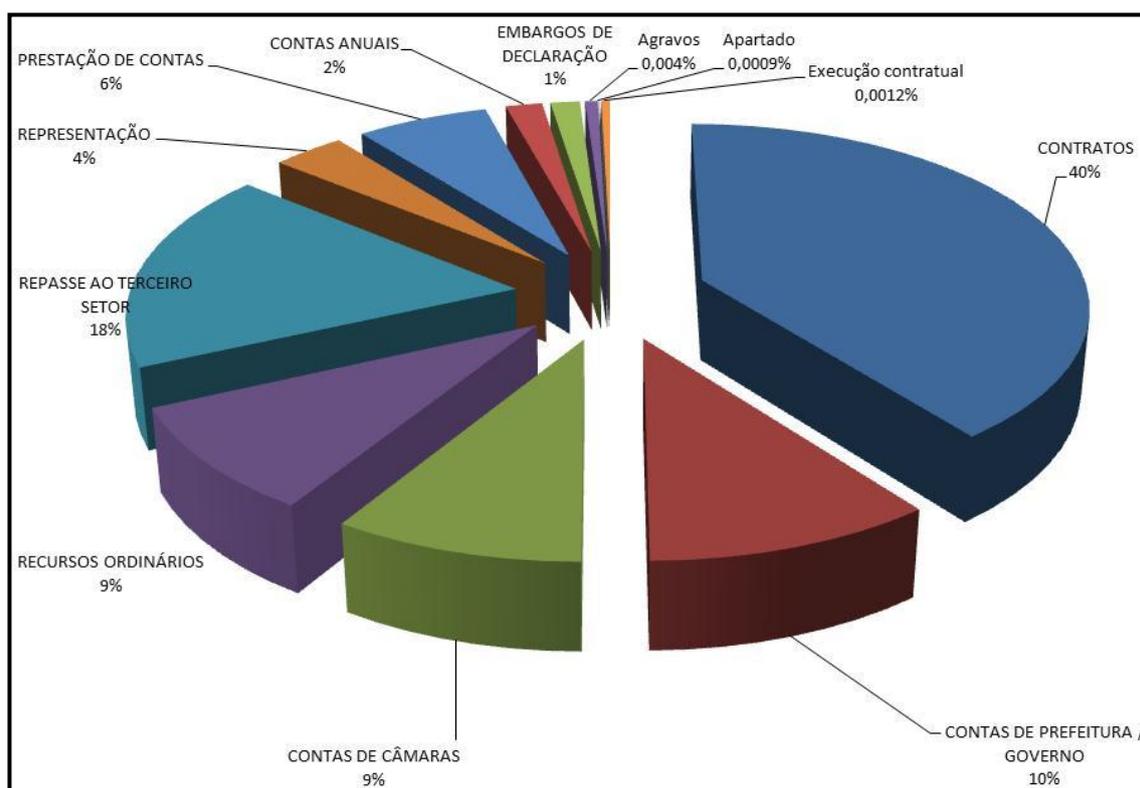
Tabela 01 – Processos Julgados nas Câmaras do TCESP – 2013

Total das Câmaras	Acumulado até dezembro de 2013
Contratos	2.564
Contas de prefeitura / governo	671
Contas de câmaras	578
Recursos ordinários	602
Repasse ao terceiro setor	1.147
Representação	227
Prestação de contas	412
Contas anuais	114
Embargos de declaração	92
Agravos	40
Apartado	1
Execução contratual	28
Total	6.476

Mais da metade das atividades das Câmaras do TCESP estão centradas nas análises de contratos e de processos de repasse ao terceiro setor.

Em seguida, as Contas de Prefeituras / Governo e as Contas de Câmaras Municipais correspondem a mais de 100 processos mensalmente, isso sem considerar demais tipos de processos incidentes nas pautas das Câmaras do TCESP.

Gráfico 01 - Processos julgados pelas duas Câmaras do TCESP em 2013



Com foco nas decisões que implicam em devolução de importâncias, envio ao Ministério Público e multas, apresenta-se a distribuição de processos a seguir:

Tabela 02 – Total de processos julgados nas duas Câmaras do TCESP – 2010 a 2013

Processos julgados	2010	2011	2012	2013
Apartados	168	132	200	260
Autos próprios	108	154	166	325
Devolução de importâncias	113	58	85	261
Itens julgados	5.838	6.952	5.453	5852
Enviados ao Ministério Público	280	205	220	285
Multas Aplicadas	374	305	309	604
Valor das multas em Reais	R\$3.302.062,00	R\$2.400.247,50	R\$2.634.154,00	R\$5.219.537,05
Valor das multas em UFESP's	201.100	137.550	142.850	269.465

PROCESSOS JULGADOS SINGULARMENTE NO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO DE 2009 A 2013

(Artigo 50 do Regimento Interno)

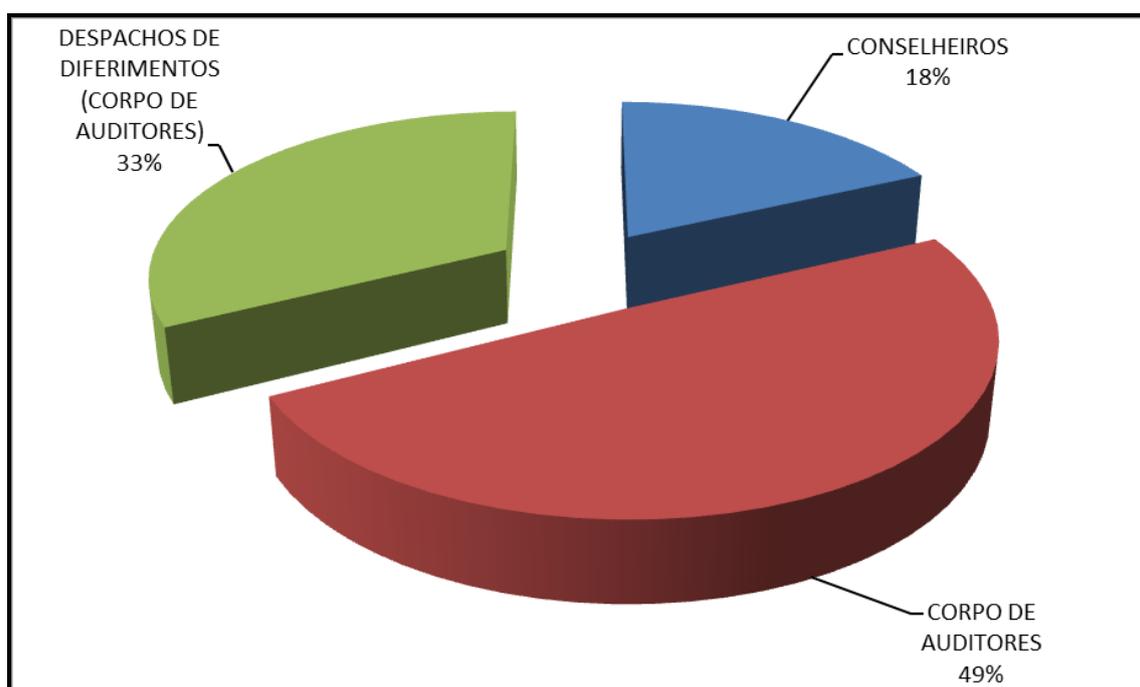
PROCESSOS JULGADOS SINGULARMENTE DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013

Durante o exercício de 2013 os julgamentos singulares apresentaram a seguinte composição ao longo de quatro trimestres:

Tabela 03 – Sentenças proferidas no exercício de 2013

Sentenças proferidas	1º Tri 2013	2º Tri 2013	3º Tri 2013	4º Tri 2013	Total
Conselheiros	409	416	555	261	1.641
Corpo de auditores	1.113	1.128	997	1.257	4.495
Despachos de diferimentos (corpo de auditores)	587	1.016	796	559	2.958
Total	2.109	2.560	2.348	2.077	9.094

Gráfico 02 – Distribuição das sentenças proferidas – Singular – 2013



TIPOS DE PROCESSOS JULGADOS SINGULARMENTE DE 2010 A 2013

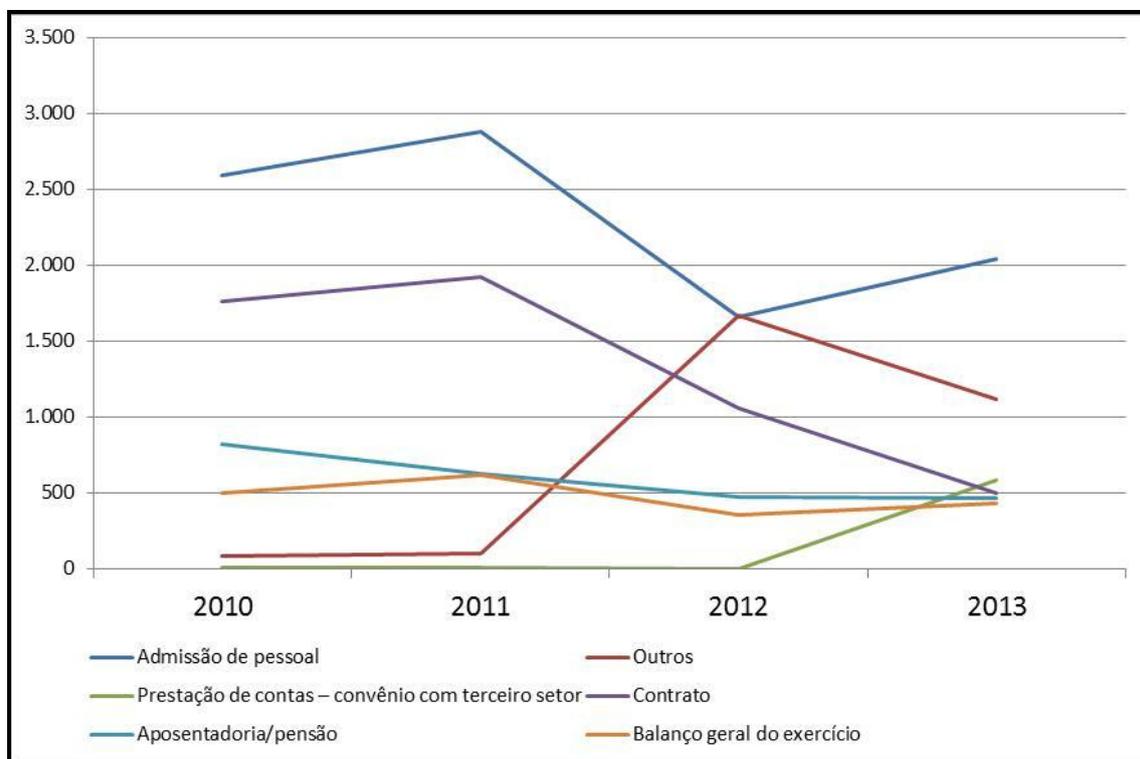
Foram julgados processos de mais de 50 naturezas distintas entre aqueles apresentados na Tabela 01 *retro*. Destes, estão apresentados na tabela a seguir aqueles de maior relevância em volume, julgados pelos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e pelos Excelentíssimos Senhores Auditores.

Tabela 04 – Processos julgados singularmente de 2010 a 2013

Matérias	2010	2011	2012	2013
Admissão de pessoal	2.595	2.883	1.660	2.037
Outros	79	97	1.670	1.119
Prestação de contas – convênio com terceiro setor	9	5	0	586
Contrato	1.762	1.921	1.054	493
Aposentadoria/pensão	817	622	475	464
Balanço geral do exercício	497	618	350	430
Repasses públicos ao terceiro setor	1.308	1.210	344	373
Adiantamento	312	406	317	304
Apartado	249	265	117	231
Representação	152	63	22	71
Auxílios/subvenções	607	373	91	17
Tomada de contas	20	23	0	8
Prestação de contas – termo de parceria	0	3	0	1
Relatório de auditoria	0	0	0	1
Termo de parceria	1	0	0	1
Total geral	8.408	8.489	6.100	6.136

O gráfico a seguir demonstra as variações dos seis tipos de processos de maior incidência:

Gráfico 03 – 06 maiores quantidades de processos julgados singularmente



Os processos relativos à admissão de pessoal correspondem à maioria das matérias julgadas, respectivamente, de 2010 a 2013.

A Prestação de contas – convenio com o terceiro setor apresentaram o maior aumento relativo dentre estes principais tipos de processos.

Processos de aposentadoria e pensão bem como Balanço Geral do Exercício apresentam estabilidade ao longo do quadriênio analisado.

Os julgamentos de Contratos apresentam variação negativa nos últimos exercícios, no entanto vale observar que novas classificações de processos estão sendo adotadas no âmbito do E. TCESP. O volume de processos catalogados como outros, representa uma miscelânea de mais de 30 tipos de processos diferentes, que tornaria este um trabalho demasiado extenso se verificados aqui à exaustão.

TRIBUNAL PLENO – PAUTA E EXAME PRÉVIO

As tabelas a seguir mostram a composição dos processos e ações julgados em pauta pelo E. Tribunal Pleno, no quadriênio de 2010 a 2013.

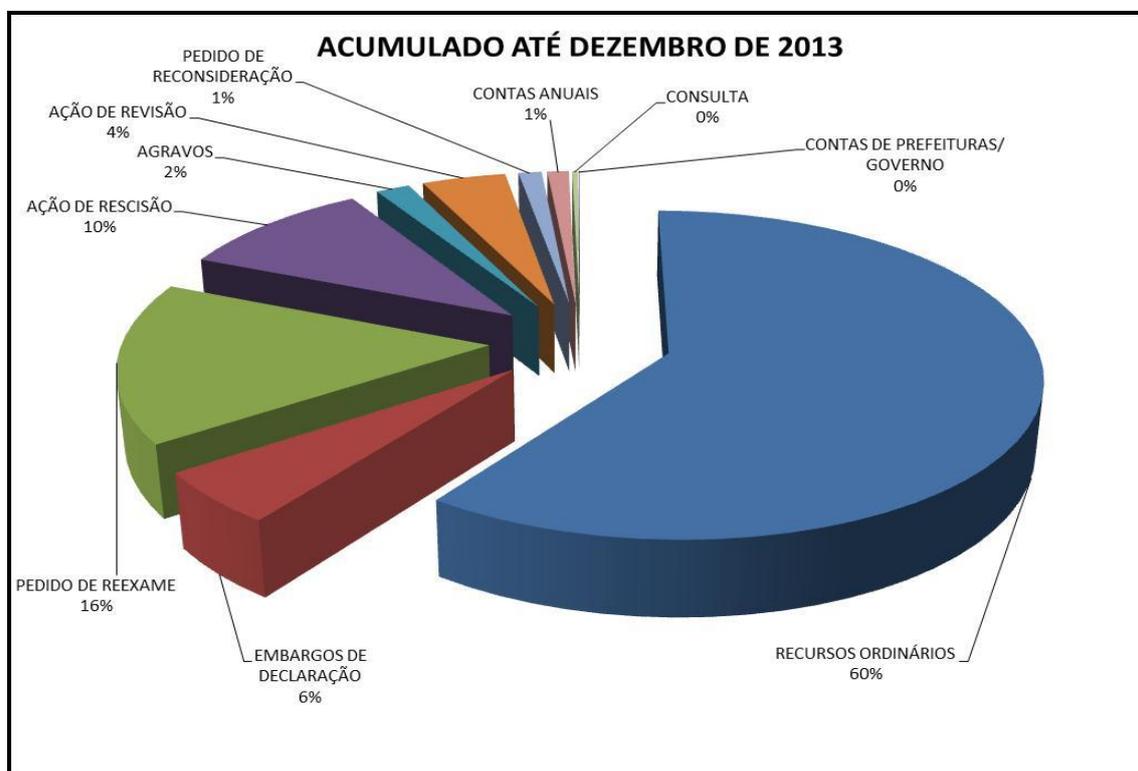
Tabela 05 – Pleno – Pauta de 2010 a 2013

Processos julgados	2010	2011	2012	2013
Ação de rescisão	52	121	64	110
Ação de revisão	70	29	39	47
Agravos	22	32	18	19
Consulta	4	3	8	3
Órgãos Extintos (1)	18	14	8	0
Contas de Câmaras	1	0	0	0
Contas de Pref./Governador	2	1	1	1
Denuncia	0	0	0	0
Embargos de Declaração	75	69	97	58
Expediente	0	0	0	0
Pedido de reconsideração	13	17	23	13
Pedido de reexame	230	261	112	177
Recursos Ordinários	552	810	721	659
TOTAL	1.039	1.357	1.091	1.099

1 – Processos de Contas Anuais de órgãos considerados excluídos do rol dos fiscalizados.

Os Recursos ordinários concentram a maior parte dos esforços do Tribunal Pleno, seguidos pelos pedidos de reexame, de perto seguidos pelas ações de rescisão, especificamente no exercício de 2013.

Gráfico 04 – Processos julgados pelo Tribunal Pleno em 2013



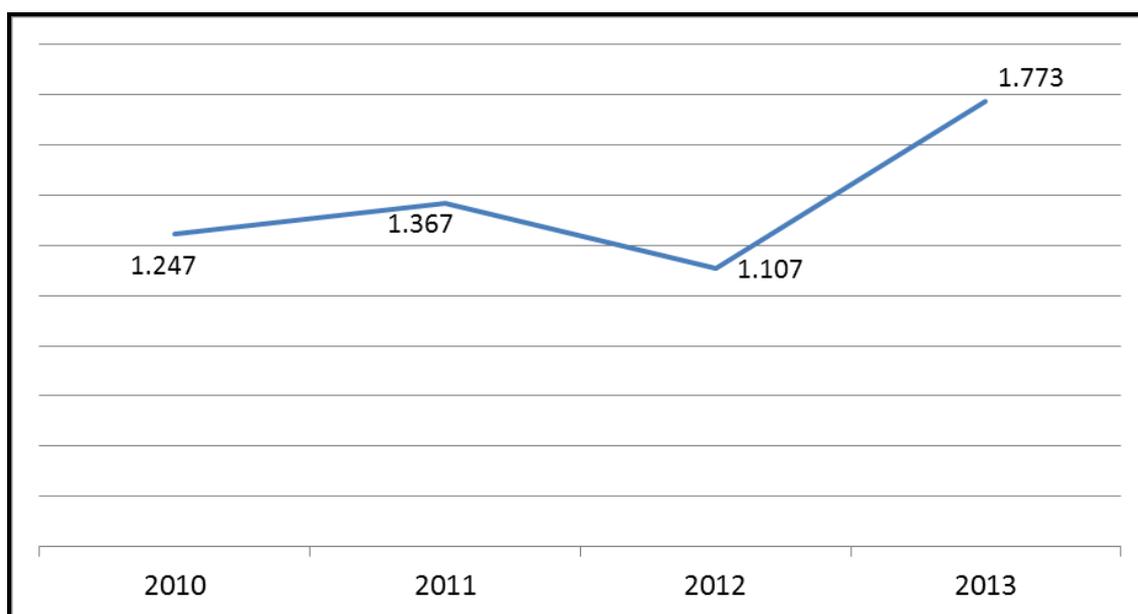
EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Quanto ao **Exame Prévio** nota-se considerável aumento na quantidade de itens julgados em seus valores no exercício de 2013 face aos exercícios anteriores:

Tabela 06 – Resultados do Exame Prévio de Edital de 2010 a 2013

Processos julgados	2010	2011	2012	2013
Itens julgados	1.247	1.367	1.107	1.773
Enviados ao Ministério Público	17	7	4	1
Multas aplicadas	20	27	13	14
Valor das Multas em Reais	R\$193.756,00	R\$198.930,00	R\$88.880,80	R\$76.317,80
Valor das multas em UFESP's	11.800	11.400	4.820	3.940
Valor médio unitário por multa	R\$9.687,80	R\$7.367,78	R\$6.836,98	R\$5.451,27

Gráfico 05 – Exame Prévio de Edital – Evolução de 2010 a 2013

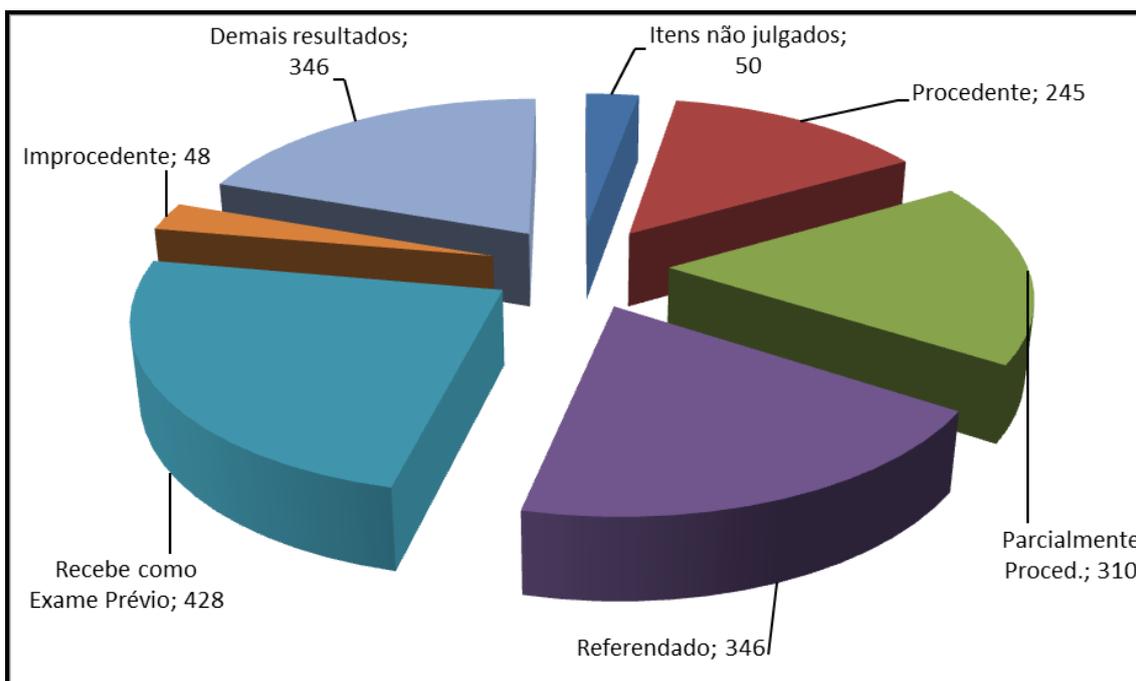


Aprofundando a análise, a tabela abaixo apresenta as decisões de exame prévio no exercício:

Tabela 07 – Decisões de Exame Prévio de Edital – 2013

Decisões Exame Prévio		Até Dezembro de 2013
Itens não julgados	vista	17
	105I	26
	PS	6
	Diligência	1
Arquivo / Extinção		254
Procedente		245
Parcialmente Proced.		310
Referendado		346
Rejeita / Não Conhece		19
Recursos (Provimento)	Dá	4
	Nega	28
Anulação		33
Recebe como exame prévio		428
Improcedente		48
Outros		8
Total de Exames Prévios		1773

Gráfico 06 – Decisões do Exame Prévio de Edital - 2013



Nota:

I - Para fins de apresentação gráfica foram agrupados na legenda Demais Resultados as seguintes decisões: Arquivo/extinção, Recursos, Rejeita, Anulação e outros.

II - Decisões de Exame Prévio de Edital – Conceitos adotados

Itens não julgados:

105 I: Processo retirado de pauta, pelo Relator, para objeto de reestudo ou instrução complementar.

PS (próxima sessão): Oportunidade em que o processo retorna à pauta.

Vista: Após manifestação do Relator, é facultado a qualquer Conselheiro pedir vista dos autos para reanálise.

Diligência: Quando se é determinada qualquer providência considerada necessária ao saneamento dos autos, com fixação de prazo para o atendimento.

Arquivo/extinção: Comprovada a revogação ou anulação da licitação, a decisão irá declarar extinto o processo por perda do objeto.

Procedente a Representação: O Relator concorda com as reclamações do representante e determina medidas corretivas nos respectivos itens.

Parcialmente procedente: O Relator concorda, em parte, com as reclamações e determina as respectivas correções.

Referendado: Tratando-se de matéria urgente, o Relator poderá proferir decisão de mérito, submetendo-a, na primeira oportunidade, à ratificação do Tribunal Pleno.

Rejeita/não conhece: Decisão que nega seguimento a recurso por não cumprimento de algum dispositivo legal.

Recursos (provimento): Situação em que os fundamentos de fato e de direito originaram nova decisão.

Anulação: Verificada por ocasião de erro insanável.

Recebe como exame prévio: Representação recebida após verificação da existência de indícios suficientes para melhor análise da matéria.

Improcedente: Representação que não contempla irregularidades capazes de determinar quaisquer correções no Edital.

Outros: Ocorrências eventuais-não rotineiras.

DECISÕES DOS PRINCIPAIS RECURSOS E AÇÕES JULGADOS PELO TRIBUNAL PLENO

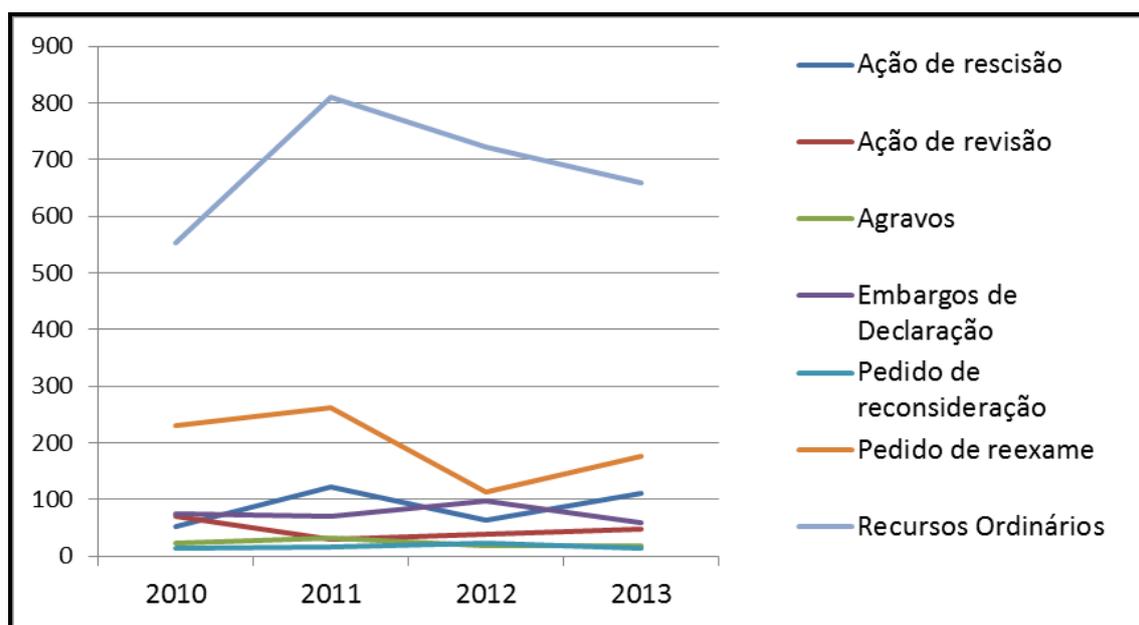
A tabela a seguir apresenta os quantitativos de cada uma das ações e recursos julgados pelo Tribunal Pleno contemplando o período de 2010 a 2013:

Tabela 08 – Ações e recursos julgados pelo Tribunal Pleno – 2010 a 2013

PROCESSO / RECURSO	2010	2011	2012	2013
Ação de rescisão	52	121	64	110
Ação de revisão	70	29	39	47
Agravos	22	32	18	19
Embargos de Declaração	75	69	97	58
Pedido de reconsideração	13	17	23	13
Pedido de reexame	230	261	112	177
Recursos Ordinários	552	810	721	659

Conforme se vê na tabela acima a concentração dos esforços se dá sobre os Recursos Ordinários.

Gráfico 07 – Ações e recursos julgados pelo Tribunal Pleno – 2010 a 2013



AÇÃO DE RESCISÃO

Da análise da tabela abaixo nota-se que o E. Tribunal Pleno apresentou mais decisões de “Nega Provimento” nos casos de ação de rescisão durante o exercício de 2011 e um número maior de decisões do tipo “Carecedor” em 2012.

Tabela 09 - Decisões dos julgamentos de Ação de Rescisão – de 2010 a 2013

Ação de Rescisão (Decisões)	2010	2011	2012	2013
Carecedor	36	31	27	33
Dá provimento	13	13	12	16
Não julgados	0	12	19	5
Nega provimento	2	59	3	55
Nulidade	1	4	1	1
Provimento Parcial	0	2	2	0
TOTAL	52	121	64	110

Gráfico 08 – Decisões dos julgamentos de Ação de Rescisão – de 2010 a 2013



AÇÃO DE REVISÃO

As ações de revisão apresentam decisão de Carecedor como o principal item dentre o total.

Tabela 10 - Decisões dos julgamentos de Ação de Revisão – de 2010 a 2013

Ação de Revisão (Decisão)	2010	2011	2012	2013
Carecedor	48	17	22	28
Dá provimento	12	6	8	5
Não julgados	0	3	6	11
Nega provimento	5	2	1	1
Nulidade	0	1	1	0
Provimento Parcial	5	0	1	2
TOTAL	70	29	39	47

Gráfico 09 – Decisões dos julgamentos de Ação de Revisão – de 2010 a 2013



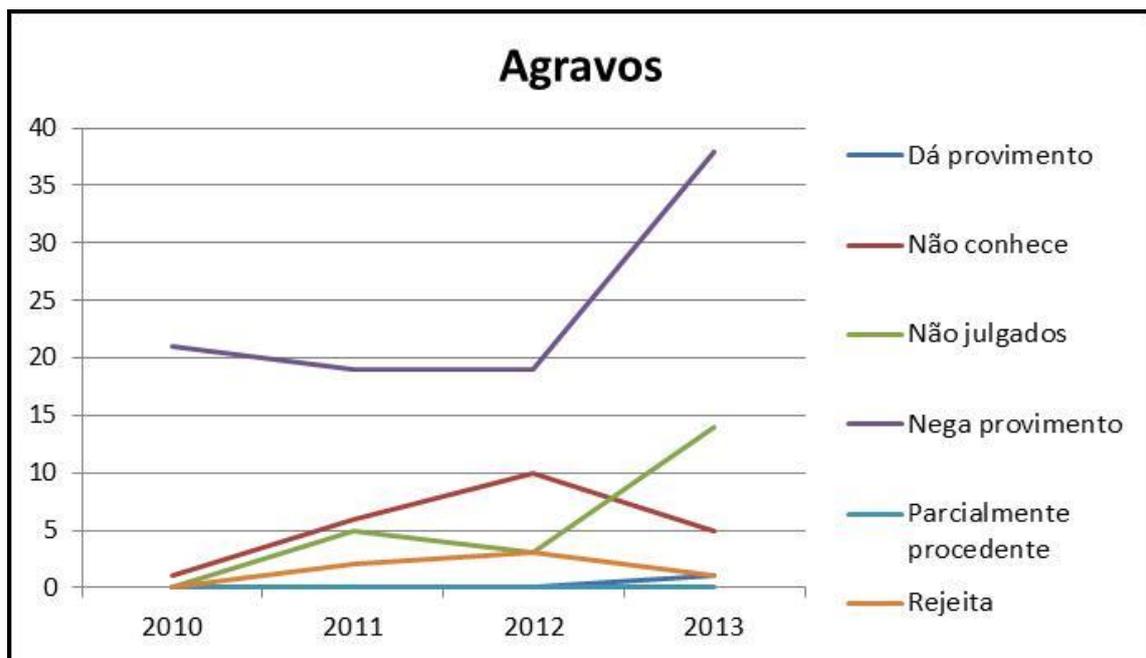
AGRAVOS

Os processos de Agravos concentram suas decisões na Negativa de Provimento como se vê na tabela abaixo:

Tabela 11 - Decisões dos julgamentos de Agravos – de 2010 a 2013

Agravos (Decisão)	2010	2011	2012	2013
Dá provimento	0	0	0	1
Não conhece	1	6	10	5
Não julgados	0	5	3	14
Nega provimento	21	19	19	38
Parcialmente procedente	0	0	0	0
Rejeita	0	2	3	1
TOTAL	22	32	35	59

Gráfico 10 – Decisões dos julgamentos de Agravos – de 2010 a 2013



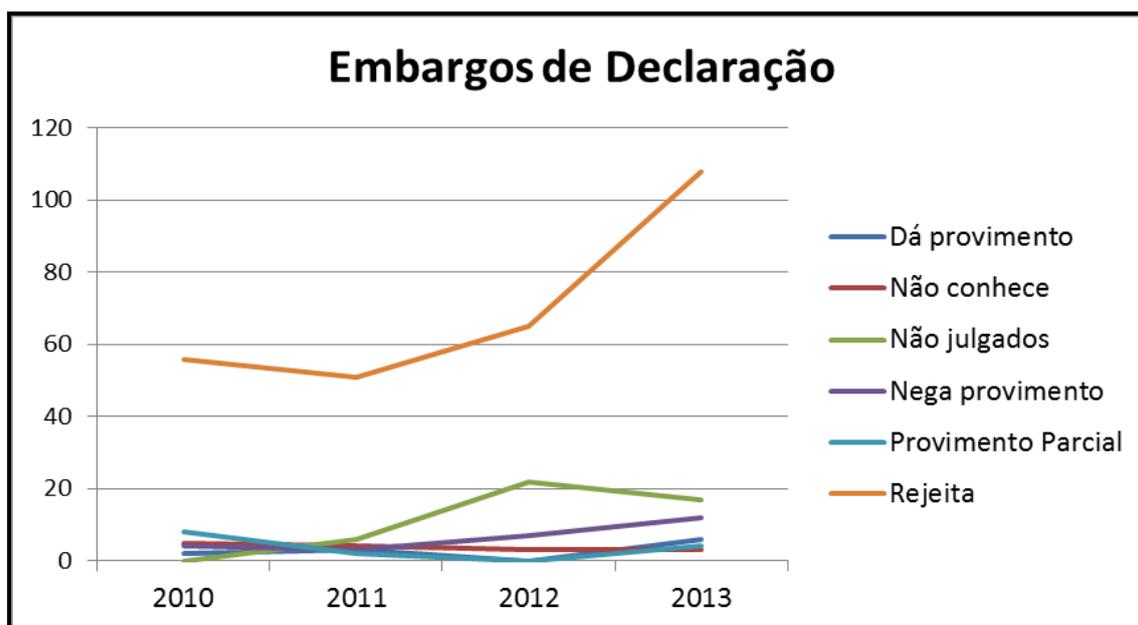
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

O Tribunal Pleno rejeitou a maioria dos Embargos de Declaração de 2010 a 2013.

Tabela 12 - Decisões dos julgamentos de Embargos de Declaração – de 2010 a 2013

Embargos de Declaração (Decisão)	2010	2011	2012	2013
Dá provimento	2	3	0	6
Não conhece	5	4	3	3
Não julgados	0	6	22	17
Nega provimento	4	3	7	12
Provimento Parcial	8	2	0	4
Rejeita	56	51	65	108
TOTAL	75	69	97	150

Gráfico 11 – Decisões dos julgamentos de Embargos de Declaração – de 2010 a 2013



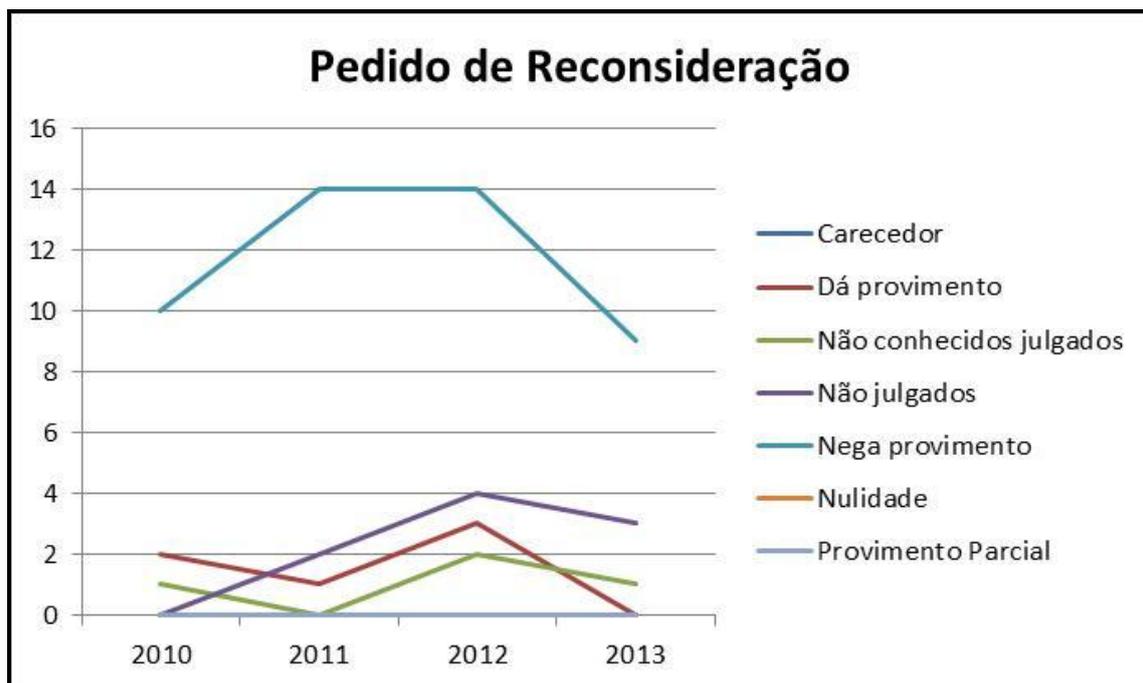
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

As decisões de maior frequência no caso dos Pedidos de Reconsideração são relativas à Negativa de Provimento.

Tabela 13 - Decisões dos julgamentos de Pedidos de Reconsideração – de 2010 a 2013

Pedido de Reconsideração (Decisão)	2010	2011	2012	2013
Carecedor	0	0	0	0
Dá provimento	2	1	3	0
Não conhecidos julgados	1	0	2	1
Não julgados	0	2	4	3
Nega provimento	10	14	14	9
Nulidade	0	0	0	0
Provimento Parcial	0	0	0	0
TOTAL	13	17	23	13

Gráfico 12 – Decisões dos julgamentos de Pedidos de Reconsideração – de 2010 a 2013



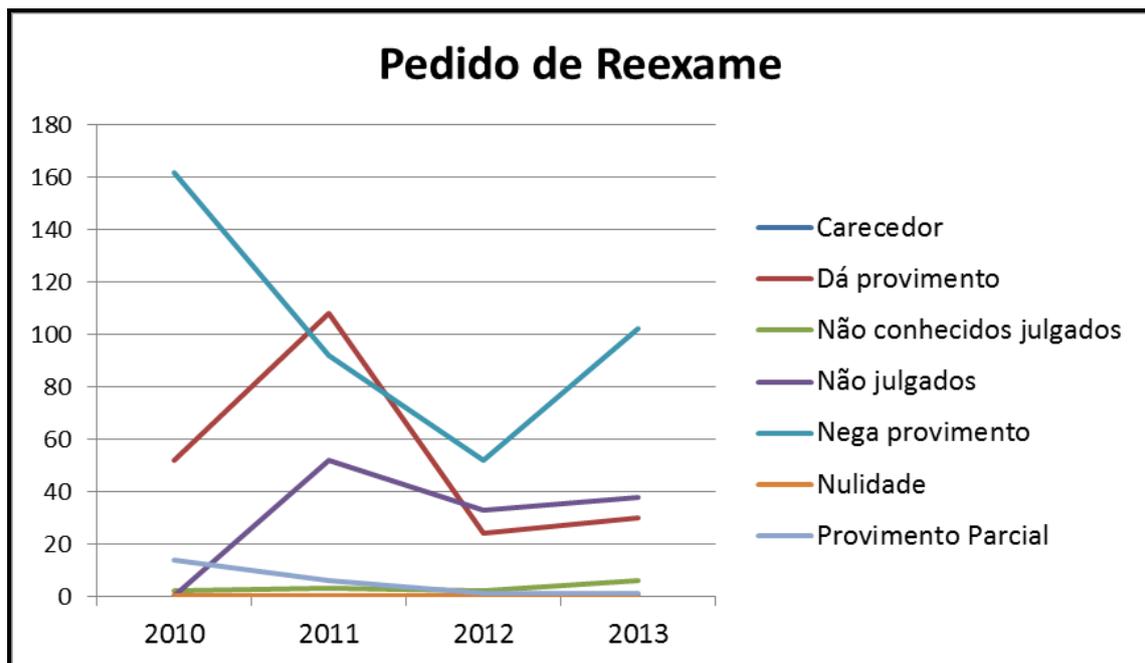
PEDIDO DE REEXAME

No ano de 2011 a decisão do tipo “Dá Provimento” ultrapassa as decisões do tipo “Nega Provimento”. No entanto, no quadriênio analisado, a decisão “Nega Provimento” é a de maior incidência nos pedidos de reexame.

Tabela 14 - Decisões dos julgamentos de Pedido de Reexame – de 2010 a 2013

Pedido de Reexame (Decisão)	2010	2011	2012	2013
Carecedor	0	0	0	0
Dá provimento	52	108	24	30
Não conhecidos julgados	2	3	2	6
Não julgados	0	52	33	38
Nega provimento	162	92	52	102
Nulidade	0	0	0	0
Provimento Parcial	14	6	1	1
TOTAL	230	261	112	177

Gráfico 13 – Decisões dos julgamentos de Pedido de Reexame – de 2010 a 2013



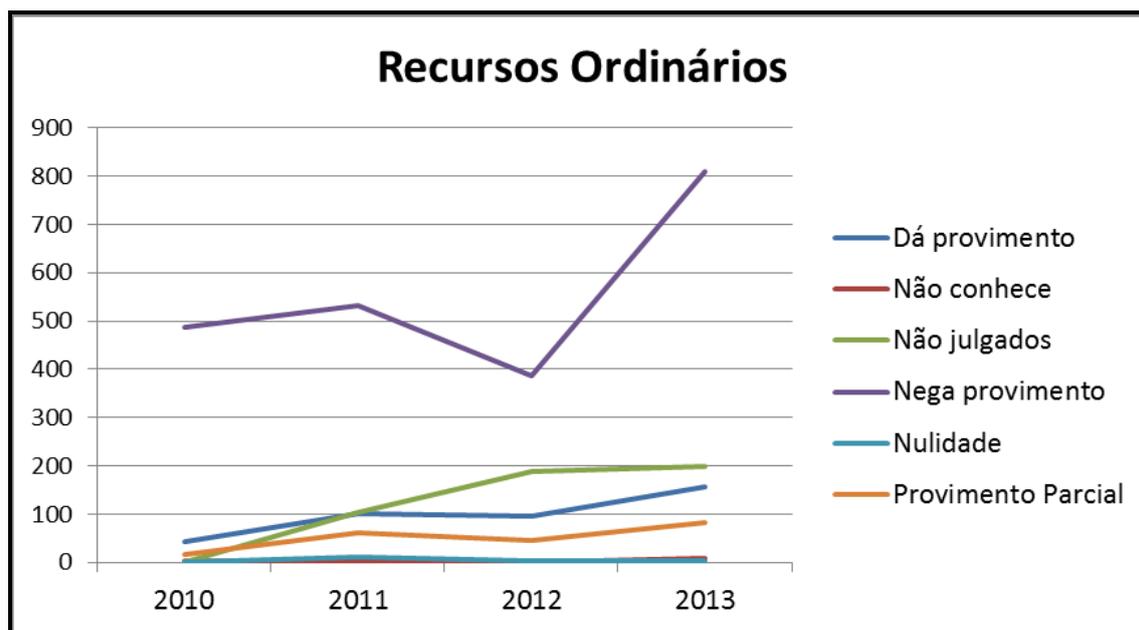
RECURSOS ORDINÁRIOS

Nos processos de Recursos Ordinários, ocorre um aumento considerável nas decisões do tipo “Dá provimento” e “Não julgados” entre os anos 2011 e 2013, assim como nas decisões de “Provimento Parcial”. No entanto a concentração das decisões reside na negativa de provimento.

Tabela 15 - Decisões dos julgamentos de Recursos Ordinários – de 2010 a 2013

Recursos Ordinários (Decisão)	2010	2011	2012	2013
Dá provimento	42	101	97	156
Não conhece	4	0	1	10
Não julgados	0	103	189	199
Nega provimento	487	532	386	808
Nulidade	2	12	3	3
Provimento Parcial	17	62	45	84
TOTAL	552	810	721	1260

Gráfico 14 – Decisões dos julgamentos de Recursos Ordinários – de 2010 a 2013



PROCESSOS INSTRUÍDOS EM 2013 – ESFERA ESTADUAL

Tabela 16 – Processos instruídos na ESFERA ESTADUAL

PROCESSOS INSTRUÍDOS	TOTAL
U.G.E.	2.734
Autarquia	50
Almoxarifado / Campus Unesp	280
Consórcio	-
Economia Mista	49
Empresa Pública	3
Entidades de Previdência	8
Fundação de Apoio	48
Fundação Conveniada	5
Fundação Típica	58
Fundo de Previdência	-
Organização Social	-
Entidade Gerenciada	56
Fiscalização Especial / Extraordinária	-
Admissão de Pessoal	681
Apartado	-
Aposentadoria / Pensão / Reforma	243
Consulta	-
Contrato / Convênio	5.791
Denúncia	-
Esporádico	17
Exame Prévio de Edital	46
Expediente	6.304
Preferencial	55
Prest. Contas de Adiantamento	808
TCA	338
Prest. Contas - Contrato de Gestão	91
Prest. Contas - Termo de Parceria	5
Prest. Contas - Conv. 3º Setor	257
Repasses Públicos 3º Setor	284
Acessório 1 Gestão Fiscal	-
Repasses Órgão Público - Convênio	643
Prest. Contas Convênio Repasses	570
Prest. Contas Convênio V. Inferior	580
Prest. Contas Aux/Subv/Contribuição	116
Repasses Pub. 3º Setor Aux/ Subv/Cont.	331
Outros	1.375
TOTAL	21.826

Fonte: DSF I e DSF II

Do total de 21.826 processos instruídos na esfera estadual, 16.318 (74,76%) equivalem a processos de:

- Contrato
- Expediente
- U.G.E.
- Admissão de Pessoal
- Prest. Contas de Adiantamento

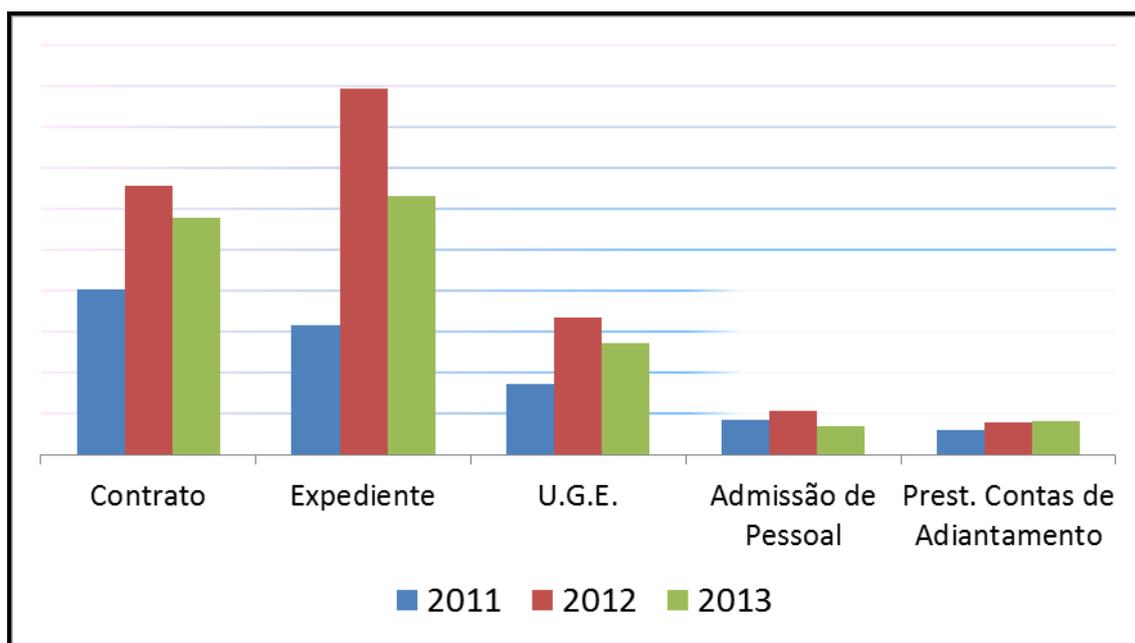
Considerando o exercício de 2011 como base de comparação, ficamos com a seguinte distribuição:

Tabela 17 – Distribuição dos principais processos na ESFERA ESTADUAL

Processo	2011	2012	2013
Contrato	4.039	6.566	5.791
Expediente	3.142	8.927	6.304
U.G.E.	1.732	3.339	2.734
Admissão de Pessoal	839	1.054	681
Prest. Contas de Adiantamento	584	792	808

Fonte: DSF I e DSF II

Gráfico 15 – Variação do volume de processos de 2011 para 2012 – Esfera Estadual



PROCESSOS INSTRUÍDOS EM 2012 – ESFERA MUNICIPAL

Tabela 18 – Processos instruídos na ESFERA MUNICIPAL

PROCESSOS INSTRUÍDOS	TOTAL
Prefeitura	1.742
Câmara	1.659
Autarquia	253
Consórcio	194
Economia Mista	103
Empresa Pública	93
Entidade de Previdência	278
Fundação de Apoio	54
Fundação Conveniada	2
Fundação Típica	130
Fundo Previdência	87
Organização Social	0
Entidade Gerenciada	48
Fiscalização Especial / Extraordinária	0
Admissão de Pessoal	2.353
Apartado	308
Apartado (autuados)	500
Autos Próprios (autuados)	916
Aposentadoria / Pensão	422
Consulta	0
Contrato / Convênio	4.818
Denúncia	1
Esporádico	5
Exame Prévio de Edital	180
Expediente	18.929
Preferencial	17
Prest. Contas - Contrato de Gestão	52
Prest. Contas - Termo de Parceria	87
Prest. Contas - Conv. 3º Setor	445
Repasses Públicos 3º Setor	1.898
Aces 1 Gestão Fiscal	3.834
Repasses Órgão Público - Convênio	6
Prest. Contas Convênio Repasses	4
Prest. Contas Convênio V. Inferior	11
Prest. Contas Aux/Subv/Contribuição	5
Repasses Pub. 3º Setor Aux/ Subv/Cont.	2.495
Outros	2.720
TOTAL	44.649

Fonte: DSF I e DSF II

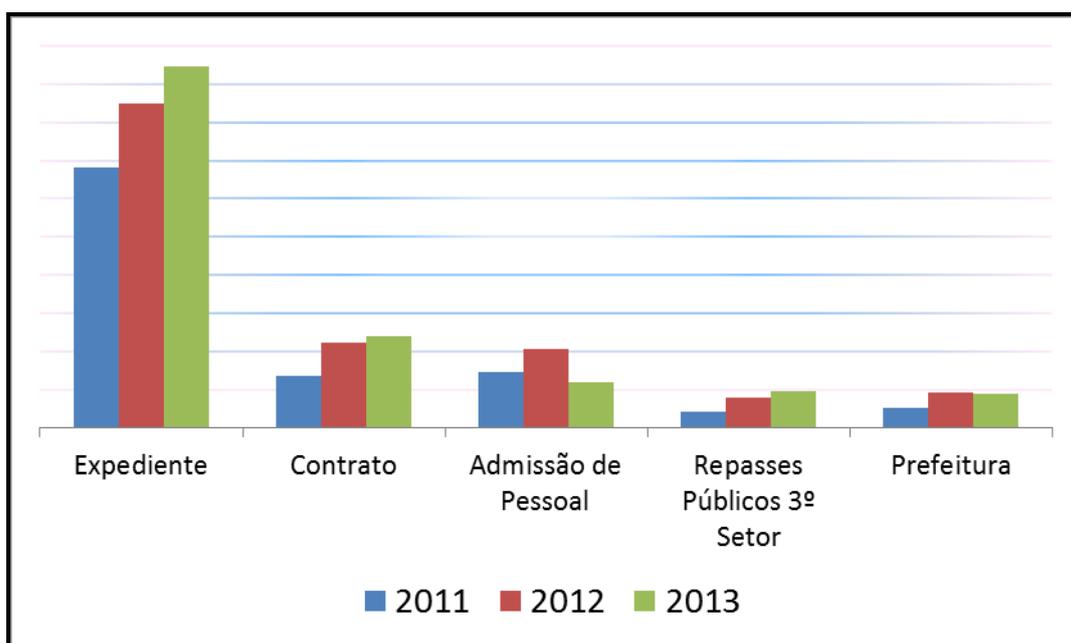
A seguir estão agrupados os cinco mais relevantes processos da Esfera Municipal, que equivalem a 66,61% do total julgado:

- Expediente
- Contrato
- Admissão de Pessoal
- Repasses Públicos 3º Setor
- Prefeitura

Tabela 19 – Distribuição dos principais processos na ESFERA MUNICIPAL

Processo	2011	2012	2013
Expediente	13.616	16.982	18.929
Contrato	2.734	4.449	4.818
Admissão de Pessoal	2.945	4.124	2.353
Repasses Públicos 3º Setor	862	1.604	1.898
Prefeitura	1.056	1.855	1.742

Gráfico 16 – Variação do volume de processos de 2011 para 2012 – Esfera Municipal



VISITAS AO TERCEIRO SETOR

As Unidades Regionais concentram as visitas ao terceiro setor conforme se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 20 – Resumo de visitas ao Terceiro Setor

DF/UR	CAPITAL /	ENTIDADES VISITADAS
DF-01	CAPITAL	332
DF-02	CAPITAL	2
DF-03	CAPITAL	0
DF-04	CAPITAL	0
DF-05	CAPITAL	0
DF-06	CAPITAL	0
DF-07	CAPITAL	1
DF-08	CAPITAL	0
DF-09	CAPITAL	0
DF-10	CAPITAL	82
UR-01	INTERIOR	45
UR-02	INTERIOR	57
UR-03	INTERIOR	73
UR-04	INTERIOR	53
UR-05	INTERIOR	20
UR-06	INTERIOR	50
UR-07	INTERIOR	32
UR-08	INTERIOR	30
UR-09	INTERIOR	54
UR-10	INTERIOR	43
UR-11	INTERIOR	57
UR-12	INTERIOR	13
UR-13	INTERIOR	41
UR-14	INTERIOR	22
UR-15	INTERIOR	17
UR-16	INTERIOR	20
UR-17	INTERIOR	46
UR-18	INTERIOR	30
UR-19	INTERIOR	25
UR-20	INTERIOR	0
T O T A L		1.145

Gráfico 17 – Visitas ao Terceiro Setor – Capital e Interior

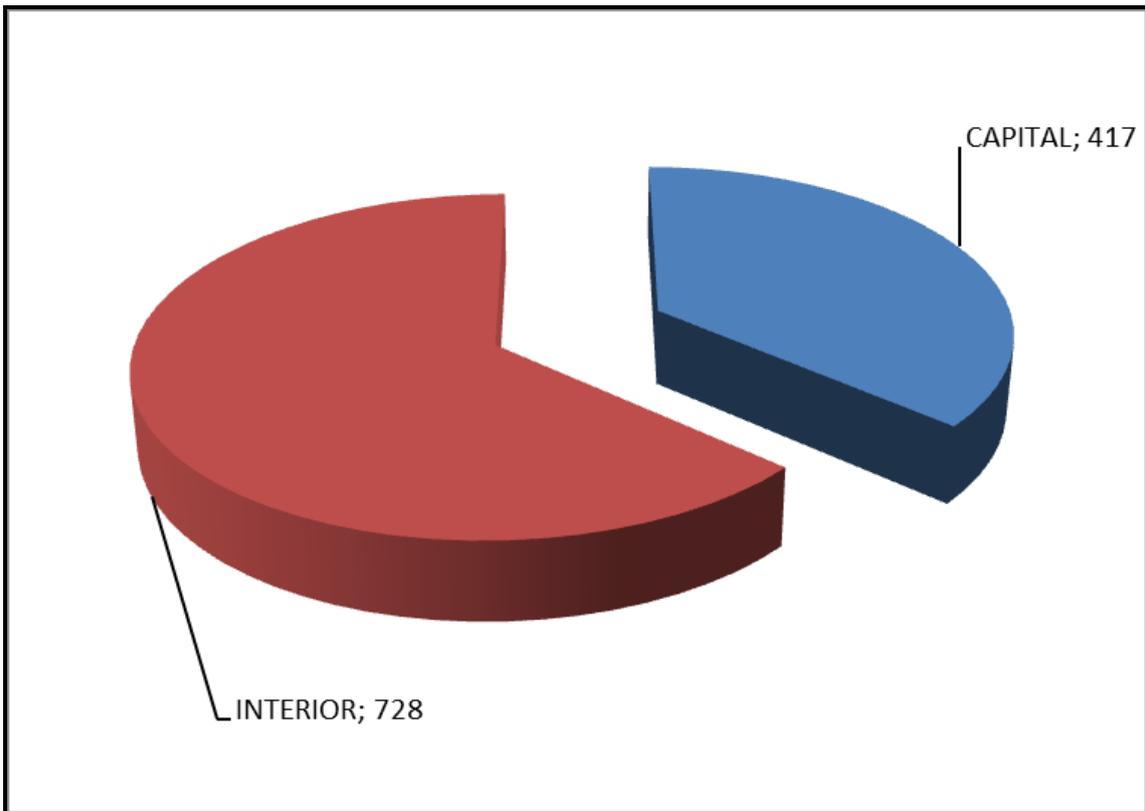


Gráfico 18 – Visitas ao Terceiro Setor – Capital

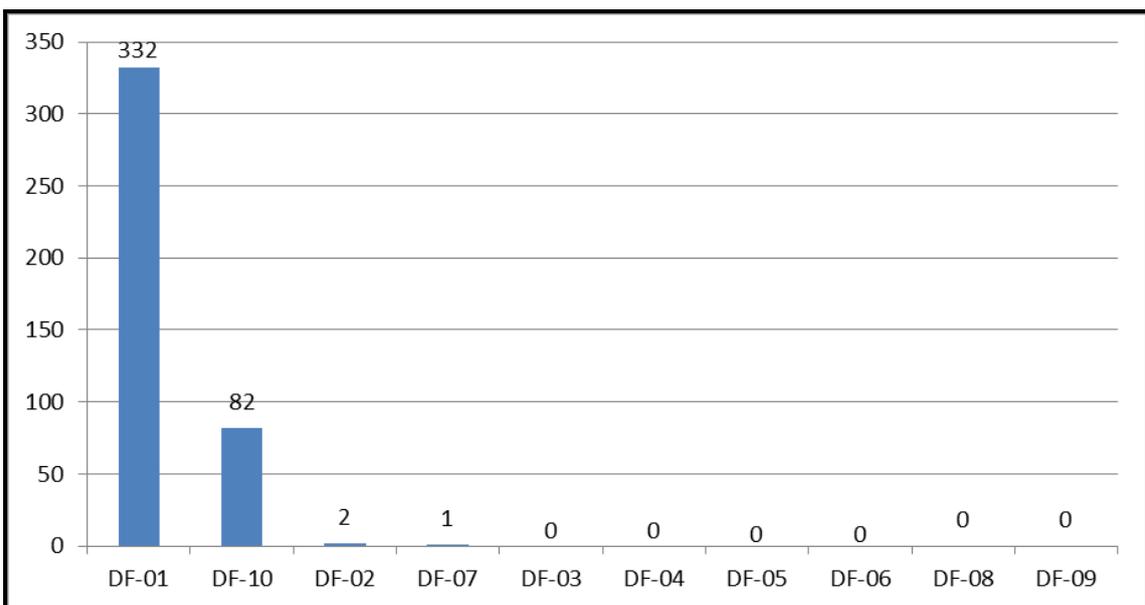
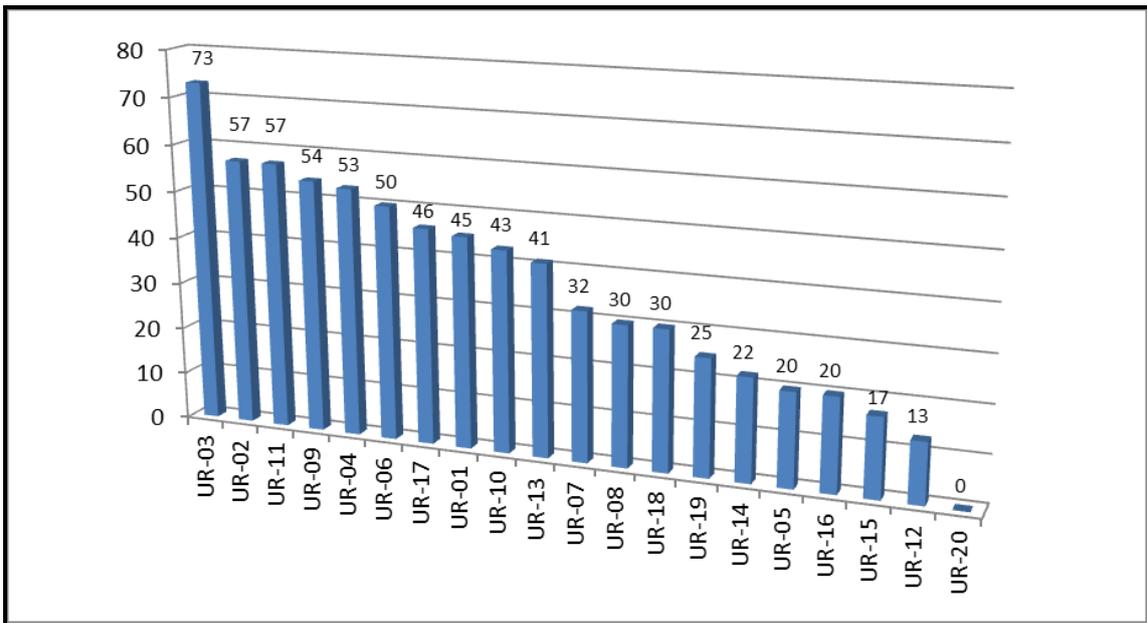


Gráfico 19 – Visitas ao Terceiro Setor – Interior



APRECIÇÃO DE CONTAS DAS PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS – 2008 A 2012

Prefeituras municipais

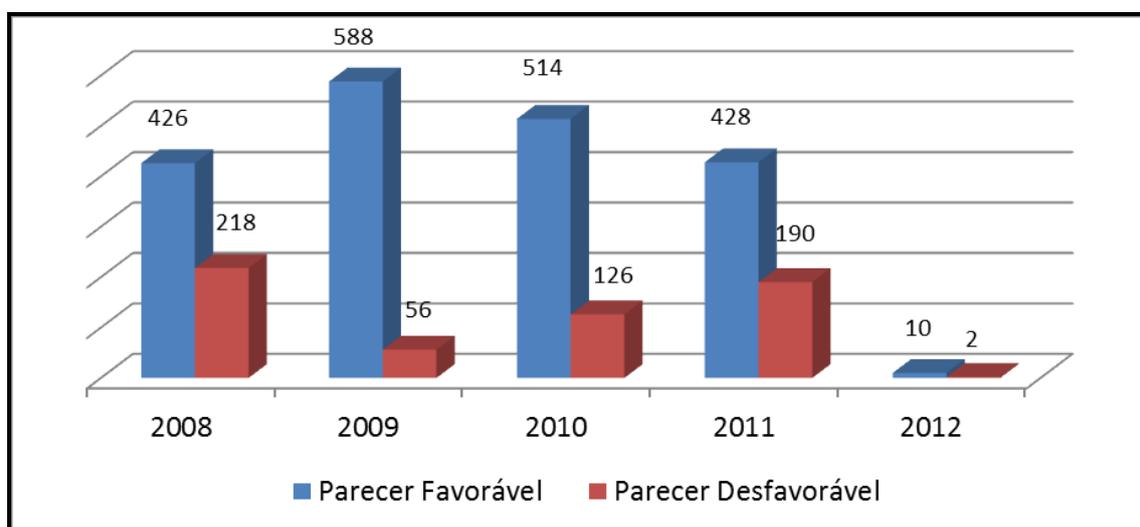
A tabela a seguir apresenta os quantitativos dos pareceres favoráveis e desfavoráveis do TCESP de 2008 a 2012, relativos às Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo, de conformidade com o Artigo 24 da Lei Complementar nº 709 de 14 de janeiro de 1993: “O Tribunal de Contas emitirá parecer, até o último dia do ano seguinte ao do seu recebimento, sobre a prestação anual de contas da administração financeira dos Municípios.”

Tabela 21 – Pareceres do TCESP – Resultados das Prefeituras Municipais de 2008 a 2012

Prefeituras Municipais	2008	2009	2010	2011	2012
Total das Prefeituras	644	644	644	644	644
Parecer Favorável	426	588	514	428	10
Parecer Desfavorável	218	56	126	190	2
Pendente de Apreciação	0	0	4	26	632

Obs. – Estes dados são coletados para publicação no início de cada ano, sendo atualizados a cada edição anual deste relatório.

Gráfico 20 – Pareceres do TCESP – Resultados das Prefeituras de 2008 a 2012



Pareceres desfavoráveis de 2008 a 2011

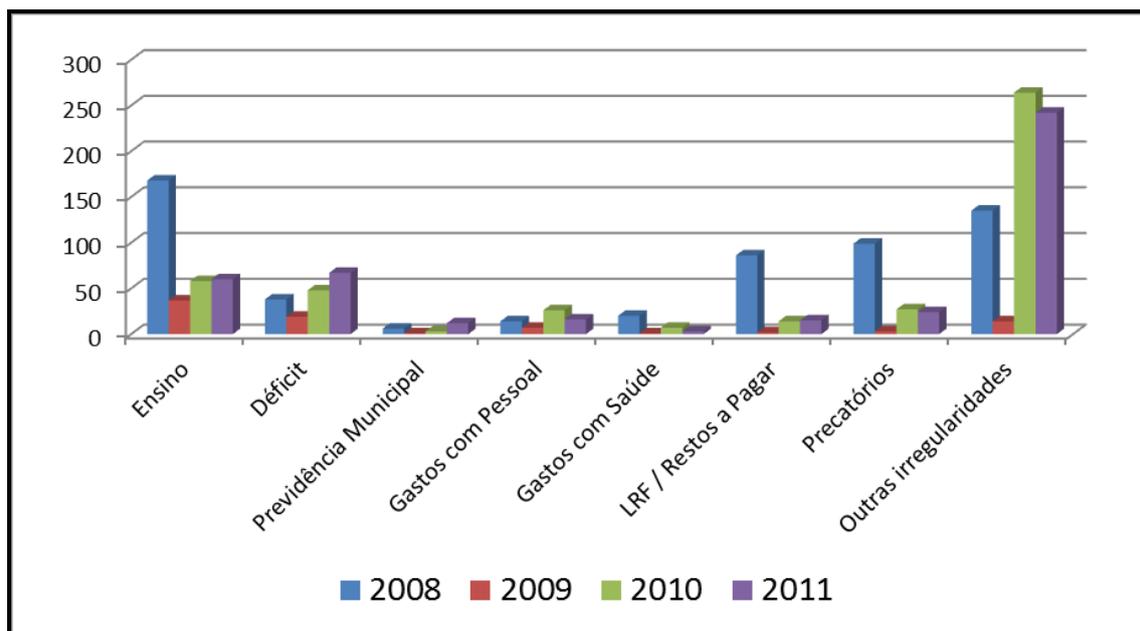
A seguir estão apresentados os motivos dos pareceres desfavoráveis do TCESP em relação às Prefeituras, nos exercícios de 2008 a 2011.

Tabela 22 – Pareceres Desfavoráveis do TCESP – Motivos de 2008 a 2011

Pareceres Desfavoráveis - Motivos	2008	2009	2010	2011
Ensino	168	37	58	60
Déficit	38	19	48	67
Previdência Municipal	6	1	3	12
Gastos com Pessoal	14	7	26	16
Gastos com Saúde	20	1	7	3
LRF / Restos a Pagar	86	2	14	15
Precatórios	99	3	27	24
Outras irregularidades	135	14	264	242

A soma dos motivos ultrapassa o total de processos e de Prefeituras por conta de existência eventual de mais de um motivo por entidade julgada.

Gráfico 21 – Pareceres Desfavoráveis do TCESP – Motivos em 2008 e 2011



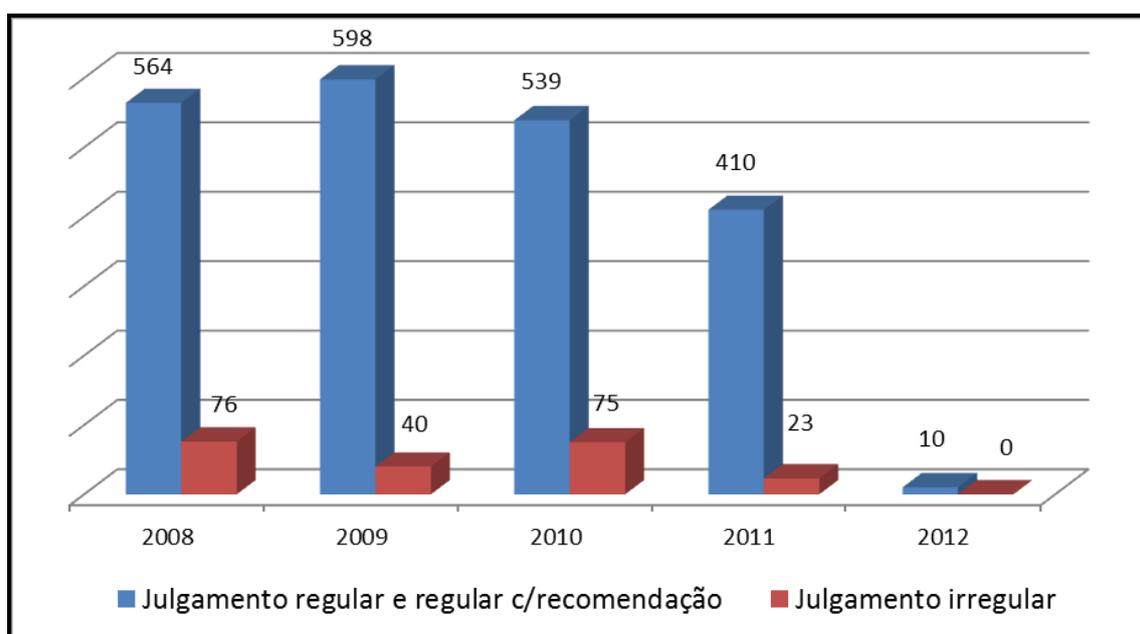
Câmaras Municipais

Assim como nas Prefeituras, as Câmaras apresentam melhora nos resultados gerais de seus julgamentos entre 2008 e 2012, sem considerar os processos pendentes de julgamento.

Tabela 23 – Câmaras Municipais – Julgamentos do TCESP – 2008 a 2012

Câmaras Municipais	2008	2009	2010	2011	2012
Total de Câmaras	644	644	644	644	644
Julgamento regular e regular c/recomendação	564	598	539	410	10
Julgamento irregular	76	40	75	23	-
Pendente de julgamento	4	2	30	211	634

Gráfico 22 – Câmaras Municipais – Julgamentos do TCESP – 2008 a 2012



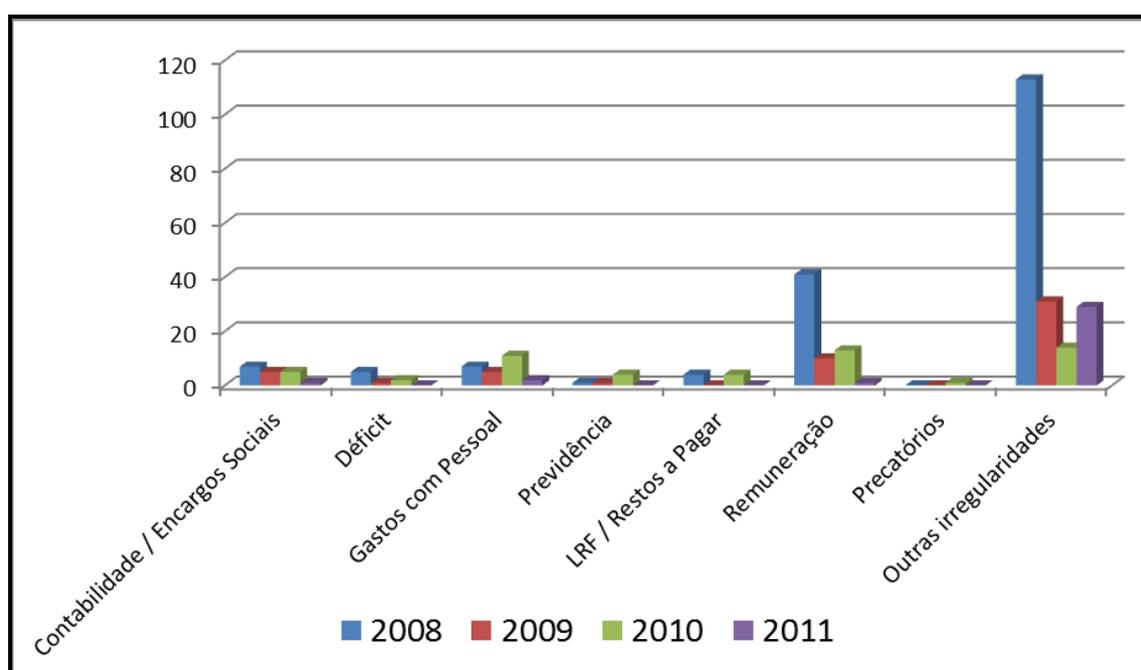
Pareceres Desfavoráveis

Da análise da tabela abaixo nota-se acentuado declínio das irregularidades associadas a Gastos com Pessoal e Remuneração no triênio analisado.

Tabela 24 – Julgamentos Irregulares do TCESP – Motivos de 2008 a 2011

Irregularidades - Motivos	2008	2009	2010	2011
Contabilidade / Encargos Sociais	7	5	5	1
Déficit	5	1	2	0
Gastos com Pessoal	7	5	11	2
Previdência	1	1	4	0
LRF / Restos a Pagar	4	0	4	0
Remuneração	41	10	13	1
Precatórios	0	0	1	0
Outras irregularidades	113	31	14	29

Gráfico 23 – Julgamentos Irregulares do TCESP – Motivos de 2008 a 2011



Contribuíram com a realização deste trabalho:
Coleta e compilação de dados: SDG, SDG-1 e Departamentos de Supervisão da Fiscalização DSF I e DSF II
Formatação e análises: Centro de Apoio Estratégico à Fiscalização – SDG / CAEF
Extrações de dados: Diretoria de Sistemas DSIS e PRODESP – Sistema SISCNP